

BC quer segurar o dinheiro da conversão

O Banco Central (BC) leva hoje para a reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) algumas propostas de alteração nas regras do leilão de conversão. O presidente do BC, Elmo Camões, informou que a discussão não tem caráter decisório e qualquer mudança só entrará em vigor a partir do próximo ano. A data do novo leilão já está marcada: 15 de dezembro, em São Paulo.

Elmo Camões disse que o alongamento nos prazos de liberação do dinheiro da conversão poderá ser uma das medidas a ser adotada pelo governo. Ele informou que, atualmente, os recursos chegam a ficar 120 retidos no BC, mas esse prazo poderá ser prolongado para até 180 dias, dependendo do tipo de conversão. "Há projetos que demoram anos para ser implantados, não tendo, portanto, necessidade de liberação imediata", afirmou ele.

Apesar de estar admitindo as mudanças, o Banco Central nega que os leilões de conversão estejam contribuindo para expandir a base monetária. "A pressão dos leilões sobre os fatores que expandem a base monetária representa apenas 1,5%. Não é significativo", disse Armin Lore, diretor da Área Externa, que complementou este dado informando que se forem consideradas também as conversões diretas e informais este percentual sobe para 3,5%.

Elmo Camões disse que o dinheiro que ficar retido no Banco Central terá pagamento de juros da *libor* mais 3,16% de juros, além de ter garantida a correção cambial. "O importante é que credor saiba que seu dinheiro está sendo remunerado", afirmou.

Contas — Armin Lore, que se disse surpreso com o resultado do leilão, observou que a conversão está mais cara para o credor do que a compra do título da dívida no mercado secundário. E provou: se o deságio lá fora é 60%, cada dólar da dívida brasileira vale US\$ 0,40. Na conversão, cada dólar custa US\$ 0,50 (deságio de 50%), o que quer dizer que um dólar no mercado secundário vale US\$ 1,25 aqui.

Lore anunciou que o governo pensa ainda em outras alterações para área externa, todas referentes à exportação. Entre elas, está o aumento no prazo da OTN cambial, a fim de facilitar o acesso daqueles que se interessam pelo papel na hora de sua compra. "É preciso facilitar o processo. Não está dando tempo de este papel ser negociado em outros mercados porque seu prazo de vigência é muito curto", explicou.

Ele acrescentou ainda que a notícia de que o Banco Central iria ressuscitar a Resolução 1.208, que garante aos exportadores o direito de depositar seus cruzados no Banco Central, não é mais válida: "Pensamos nisso inicialmente, mas a idéia evoluiu e preferimos optar pelo alongamento do prazo das OTNs cambiais."